

**Elas** OCUPAM CARGOS DE RESPONSABILIDADE NA MAIORIA DOS CAMPOS DA VIDA DA IGREJA: CATEQUESE E CATECUMENATO, MOVIMENTOS DE AÇÃO CATÓLICA E DE ESPIRITUALIDADE, ENSINO RELIGIOSO E TAMBÉM TEOLÓGICO, OBRAS MISSIONÁRIAS, SERVIÇOS PASTORAIS DE ANIMAÇÃO LITÚRGICA, PREPARAÇÃO PARA O BATISMO, AO CASAMENTO, AO FUNERAL; EM MUITOS LUGARES, ELAS SÃO TAMBÉM, DEVIDO AO AFASTAMENTO E À ESCASSEZ DE PADRES, O ÚNICO SUPORTE DA VIDA PAROQUIAL. SÃO?

**APRESSO-ME A CORRIGIR: ELAS FORAM, NÃO SÃO MAIS “RESPONSÁVEIS” POR NADA, EXCETO QUE TUDO CONTINUA A CAIR EM GRANDE PARTE SOBRE ELAS.**

**JOSEPH MOINGT**



# as mulheres e o futuro da Igreja

“**DEPOIS DE PERDER GRANDE PARTE DO MUNDO DO TRABALHO E DO SETOR INTELECTUAL, A IGREJA PERDEU AMPLAS ZONAS DO MUNDO FEMININO**”, escreve **JOSEPH MOINGT**, padre jesuíta francês, teólogo, que faleceu com cento e quatro anos de idade, no passado dia 28 de julho de 2020. O artigo é publicado originalmente em francês por *Revista Études*, nº 414, janeiro de 2011.

UMA CARACTERÍSTICA MAIS FORTE da evolução da **civilização ocidental**, no alvorecer do século XXI – seguramente, a mais significativa desde há vários milénios – diz respeito à condição feminina: depois da mulher ter adquirido os seus direitos cívicos e se ter emancipado da tutela parental e marital, na segunda metade do século precedente, está agora em vias de conquistar – embora o combate esteja longe de se poder considerar terminado – a **igualdade de trato profissional** com os homens, e de abrir um acesso equitativo aos postos mais altos de responsabilidade, em todos os campos, económico, cultural e político, da vida em sociedade.

Outro traço de evolução, dos mais consideráveis, surgiu no mesmo tempo e espaço cultural, a saber, o declínio da Igreja Católica cujo número de fiéis se dissolveu tão rapidamente como o dos seus quadros pastorais, e que está em vias de perder o pouco que resta da influência que exercia há dois mil anos, sobre a sociedade e sobre os indivíduos, a ponto de o seu futuro próximo levantar questões angustiantes.

Existirá uma correlação entre estes dois aspetos da evolução que vivemos e, se for esse o caso, qual deveria ser a condição da mulher na Igreja, para evitar este declínio e restaurar a esperança no futuro? Eis o objeto da presente reflexão.

### **Conflito no campo dos costumes**

A Igreja orgulha-se de ter sido ela quem ensinou o **respeito pela mulher** ao mundo pagão ou bárbaro, de a ter

defendido e amparado sempre, e de proclamar a eminente dignidade da mulher, chamada à própria santidade como o homem, e a prova está no facto de ter elevado muitas **mulheres** às honras dos altares e, inclusive, ter declarado muitas delas doutoras da Igreja universal, com o mesmo título que bispos e teólogos de renome.

Esta **dignidade** está ligada, do ponto de vista da Igreja, àquilo que define a condição da mulher no estado conjugal. Segundo a **lei do Criador**: a castidade, que exclui as relações sexuais antes e fora do matrimónio, e a maternidade, que destina a mulher à procriação, à educação dos filhos, ao sustento do seu marido, à união das famílias e ao bom cuidado da casa.

A Igreja utiliza **Maria** como modelo, mãe de Jesus, conciliando nela, em grau supereminente, a **castidade** e a **maternidade**, e o seu destino ilustra bem a dignidade com que o **cristianismo** considera a **condição feminina**.

Esta condição é a mesma que davam à **mulher os costumes das sociedades patriarcais e tradicionais**, nas quais o povo da Bíblia meditou e reescreveu a lei do Criador, e onde a Igreja nasceu, e depois se desenvolveu, sem procurar transformá-la, tendo ela própria sempre tentado – e é justo reconhecer-lo – defender **as mulheres** contra os maus tratos que as ameaçavam, proteger as famílias, favorecer a instrução das jovens e, inclusive, mais recentemente, a sua entrada na vida profissional e cívica.

O que não impede que esta condição limite, estreitamente, os seus hori-

zontes de vida e as suas ambições mais legítimas, e as mantenha numa situação inferior em relação aos homens. Mas a **mulher dos tempos modernos** acabou por se emancipar dessa condição, aproveitando a evolução da cultura, da ciência e da tecnologia, principalmente com a ajuda – ou a custo? – da "libertação sexual" e da regulação dos nascimentos. É neste ponto que a emancipação da mulher encontra a **viva resistência da Igreja Católica**, que tem multiplicado os apelos à lei natural e divina que liga, segundo ela, o ato sexual à procriação, e que condena todo tipo de uso de preservativos e anticoncetivo.

Sentindo-se incompreendidas, desprezadas ou agredidas por ela, muitas **mulheres** começaram então, e continuam agora, em maior número ainda, a **abandonar a Igreja**, enquanto a confiança de quem permanece fiel, ao orientar a sua vida sexual de acordo com a própria consciência, foi e continua a ser consideravelmente enfraquecida.

Depois de ter perdido grande parte do **mundo operário** e depois do **mundo intelectual**, a Igreja perdeu, no campo dos costumes, grandes áreas do mundo feminino, que lhe havia, no entanto, fornecido a maior parte das suas tropas, no último século. A partir do momento em que ela estabeleceu a regra de batizar as crianças logo após o nascimento, o papel das mulheres passou a ser despertá-las para a fé e a piedade e, depois, educá-las na obediência às regras da moralidade e nas práticas da religião.

Em vez de o sacerdote instruir os catecúmenos adultos, como nos séculos anteriores, foi a mulher que, desde então, passou a assegurar o **crescimento da Igreja na sociedade**, através do fluxo das gerações. Mas, vejamos só, a **mulher dos tempos modernos**,

emancipada das estruturas em que as sociedades tradicionais a aprisionavam, desprende-se da vocação de gerar filhos cristãos que lhe é atribuída pela tradição da Igreja. Esta, por seu lado, tende a opor-se, tanto quanto lhe é possível, à emancipação da mulher, que passa a ver na Igreja o maior obstáculo à sua promoção social: esta hostilidade recíproca compromete, seriamente, o futuro do catolicismo.

## No campo da cidadania

**As mulheres** não só não foram, nem são, apenas, as mais numerosas entre os fiéis, como também foram e são, mais do que nunca, as mais ativas, em todas as áreas em que se edifica a **Cidade de Deus** no seio dos homens. Entre elas sempre houve muitas religiosas, e ainda existem atualmente, embora cada vez menos, devido ao declínio das vocações para o estado religioso, de modo que as leigas são, de longe, as principais auxiliares do clero.

Ocupam cargos de responsabilidade, na maioria dos campos da vida da Igreja: **catequese** e **catecumenato**, **movimentos de ação católica** e de **espiritualidade**, **ensino religioso** e, também, **teológico**, obras missionárias, serviços pastorais de animação litúrgica, preparação para o batismo, para o casamento, para o funeral; em muitos lugares, são elas, também, devido ao afastamento e à escassez de padres, o único suporte da vida paroquial. São? Apresso-me a corrigir: foram, agora já não são "responsáveis" por nada, embora tudo continue a cair, em grande parte, sobre elas.

No impulso inicial do Vaticano II, não houve hesitação em confiar-lhes responsabilidades a todos os níveis: paroquial, diocesano, regional, nacional. Até sei de um caso (sem dúvida houve outros) em que uma **mulher**

(teologicamente qualificada, é verdade) foi, devidamente, incumbida pelo seu bispo de fazer a homilia e a animação da **Eucaristia** dominical. Mas a partir dos anos oitenta, houve uma desaceleração que aumentou posteriormente. Oh! Sempre e cada vez mais se conta com a ajuda das mulheres, como poderíamos prescindir delas? Desde que se mantenham no seu lugar de servidoras dóceis, bem enquadradas em equipas “**pastorais**” sob responsabilidade “**sacerdotal**”.

Em quase todos os lugares e em todos os setores, elas se distanciaram, ainda não das atividades que lhes foram confiadas, mas da sua animação, orientação e direção. Pelo que pude ler e ouvir, o motivo era o desejo de restaurar a “identidade” dos padres, perturbada, pensava-se, pela perda de funções que lhes haviam sido reservadas até então, e da consideração que tinham, perda de identidade que também se tentou explicar pela trágica diminuição das vocações ao estado presbiteral.

Em todas as dioceses multiplicaram-se os apelos ao “diaconato permanente”, para se reposicionar, sob a obediência e especificidade do **sacramento da Ordem**, a maior parte das responsabilidades que tinham passado para o âmbito dos leigos. Esta motivação contemplava tanto os homens como as mulheres, embora estas fossem as principais afetadas, dado serem as mais numerosas ao serviço da Igreja.

A vontade da hierarquia, porém, manifesta-se na tentativa de distanciar as mulheres, elas em particular, de tudo o que afeta o serviço do altar e os sacramentos, a ponto de se chegar ao ridículo de proibir a seleção de sacristãs. O motivo, embora não confessado, é o medo de promover nelas o desejo

pelo sacerdócio. A ordenação de mulheres ocorreu, de facto, de forma oficial em muitas Igrejas Anglicanas, que se gabavam de permanecer fiéis ao rito romano, e as mulheres católicas também conseguiram ordenar-se, duma forma descontrolada, em vários países. A questão começava a preocupar a opinião pública católica, e houve teólogos sérios que consideraram a possibilidade de proceder a tais ordenações. O papa João Paulo II julgou ter encerrado o debate com uma rejeição “definitiva”, como o seu sucessor acaba de lembrar, prova de que o debate não está efetivamente encerrado.

A maioria das mulheres ao serviço da Igreja está longe de ambicionar o presbiterado ou de reivindicar poder; isso não as impede de se sentirem magoadas pela desconfiança de que se sentem objeto, até porque a imprensa, intervindo neste debate, frequentemente censura o papado por discriminação entre os sexos, contrária aos direitos humanos. Estas mulheres, que ocuparam ou ocupam, ainda, cargos de **responsabilidade na vida cívica e profissional**, percebem, claramente, que a Igreja não está disposta a conceder-lhes direitos e poderes equivalentes aos que adquiriram na sociedade. Muitas, desanimadas, partem; muitas outras, que frequentavam a **Igreja** sem se colocarem ao seu serviço, humilhadas pelas proibições e exclusões relacionadas com o sexo, abandonam-na, e esta recusa de reconhecer às mulheres uma “**cidadania**” de pleno exercício, faz com que aumente esta hemorragia, correndo deste modo a Igreja o risco de morrer.

### **Afrouxar o espartilho da tradição**

Pode surpreender esta **atitude “suicida”**, que **priva a Igreja** do único apoio ativo à sua disposição, dissuade as

mulheres de se engajarem na educação religiosa das crianças, como no passado, e arruína a sua credibilidade, perante uma sociedade “definitivamente” focada na **promoção feminina**. Perante isto, a Igreja opõe a sua tradição imemorial, que a proíbe de se acomodar aos costumes e evoluções do mundo, quando contrários à lei de Deus.

Mas haverá espaço para identificar um e outro? No plano da moralidade, ela confina o **uso da sexualidade ao casamento legítimo** e à procriação, em virtude de uma lei natural que tem Deus como seu autor, e da qual ela é a guardiã. Mas os antropólogos sabem bem que as regras do casamento são questões de convenções sociais, que variam de acordo com a época e o lugar; o que os antigos moralistas consideravam “lei natural”, não estava isento de costumes sancionados pela lei civil; e a partir do momento em que se recorre à “natureza”, ela é colocada sob o regime da razão comum.

É verdade que esta está sujeita a **alterações** e erros, mas a moral da Igreja, também, não está isenta disso e, muitas vezes, teve em conta as mudanças de costumes. Hoje, por exemplo, por mais que afirme que os casais jovens não casados “vivem em pecado”, ela acolhe-os de boa vontade para os preparar para o casamento sacramental, ou para lhes batizar os filhos; cada vez mais vezes autorizadas defendem um acolhimento semelhante nas comunidades cristãs, para benefício dos divorciados e recasados.

A **Igreja** deve aceitar um debate livre sobre as questões éticas que dizem respeito a todas as sociedades, e nele participar, sem assumir o direito exclusivo e absoluto de magistério. A sua condenação do uso de preservativos, o único meio, unanimemente reconheci-

do, de conter a propagação da SIDA enfraqueceu, profundamente, o seu crédito perante os organismos internacionais que se preocupam com este flagelo; os tristes crimes sexuais cometidos por padres e “encobertos” pela hierarquia, deveriam levá-la a um maior pudor.

Que não queira debater com uma opinião pública hostil a todas as regras morais, é compreensível; mas, a Igreja podia confiar nos seus **teólogos** e nos **fiéis** também instruídos pelo Espírito Santo, especialmente nas **mulheres**, as primeiras interessadas, cuja consciência e experiência merecem ser ouvidas, antes de o seu destino ser decidido por homens celibatários.

Terá a Igreja medo de perder o poder, consultando os seus fiéis? A alternativa é perdê-los. É ainda uma questão de poder a impedir-lhe de, na sua liderança, garantir um lugar para as mulheres que trabalham para ela. Se a sua tradição que se absteve disso, foi pela mesma razão que outras sociedades se deram ao trabalho de abandonar o seu **espírito patriarcal, feudal ou corporativista**. Não se trata, apenas, da ordenação de mulheres. Sem ser, totalmente, hostil a ela, nunca exerci pressão nesse sentido, assim como em relação à ordenação de homens casados, ou à supressão lei do celibato sacerdotal, pela única e simples razão de o poder, na Igreja, estar ligado ao sagrado, e por o interesse da fé não ser alargar o domínio do sagrado, mas suavizar o poder, compartilhando-o fora do sagrado.

Com efeito, no nosso mundo **laicizado e secularizado**, isto é, democrático, a fé enfraquecer-se-á, se for privada da **liberdade** a que Cristo chama todos os cristãos, como diz São Paulo, recordando-nos, sem dúvida, que na única vez que Jesus falou sobre o po-

der, foi para proibir os seus apóstolos de o usar como os poderosos, que gostam de impor o seu domínio e de o ostentar e sentir.

É por isso que o remédio para o **enfraquecimento da Igreja**, nos tempos atuais, parece-me estar em colocar, resolutamente, em prática as recomendações do Vaticano II, em vez de desconfiar delas, ou de ir contra elas: permitir uma maior liberdade de iniciativa e de experimentação para as Igrejas locais; haver menos preocupação em fortalecer as estruturas administrativas da instituição, do que em fazer viver as **comunidades cristãs**, por menores que sejam, onde quer que residam; chamar os fiéis a assumirem a responsabilidade pelo seu ser **cristão** e pela sua vivência na Igreja, não individualmente ou, apenas, entre si, mas em comum e em harmonia com a autoridade episcopal; confiar mais na liberdade inventiva do que na obediência passiva; levar os leigos, devidamente delegados pelas suas comunidades, aos lugares onde se tomam as decisões pastorais, a todos os níveis e em igualdade de condições com o clero, e não, apenas, em grupos de simples consulta; e permitir que as mulheres entrem nesses lugares de tomada de decisão, em pé de igualdade com os homens.

Porquê em igualdade? Para não **erguer a Igreja** como símbolo de uma **contracultura**. Para se abrir, portanto, ao espírito do mundo, apesar de São Paulo exortar os cristãos a “não se contentarem com o tempo presente”? Não, mas para abrir o mundo à penetração do espírito evangélico. Já não estamos no tempo em que a Igreja instruíra os povos bárbaros ou as populações iletradas ou analfabetas; agora, ela está perante um mundo “maior”, já não pode ensinar do alto da sua cátedra, tem de reconhecer os valores

desse mundo, a fim de fazer ouvir a sua palavra. Adaptar-se, portanto, aos “valores” de um mundo secularizado? Não exatamente, porque muitos desses valores são fruto das sementes evangélicas, que a Igreja espalhou no mundo, ao longo da sua vida comum, como é, especialmente, o caso das ideias de liberdade e igualdade, de onde deriva a **emancipação da condição feminina**. Talvez possam ter sido desviadas do seu significado original, e ter produzido frutos desnaturados, o que não constitui um obstáculo para a Igreja não poder redirecioná-las e regenerá-las, reconhecendo a sua **origem evangélica**, e ela só pode fazê-lo, deixando que essas mesmas ideias produzam os seus frutos no seu ventre, do qual os rejeitou.

É assim que o reconhecimento efetivo da **emancipação da mulher**, tanto na Igreja como no mundo, se tornou uma condição para a possibilidade da evangelização do mundo. E, sendo a missão evangélica a razão da existência da Igreja, o novo acolhimento a dar às mulheres será o “símbolo” ativo da sua presença evangélica no mundo de hoje, o penhor da sua sobrevivência.

As mulheres já não usam espartilhos: **a Igreja deve emancipar-se da tradição** que a vincula às sociedades patriarcais do passado, para alcançar, através do espaço que souber abrir às mulheres, o direito de sobreviver neste novo mundo.

### **Reler os evangelhos no feminino plural**

A Igreja tem o hábito de interpretar as suas **Escrituras**, apelando para a tradição. Em bom rigor teológico, o inverso tem mais legitimidade; e quando a tradição não tem resposta para os novos problemas e não admite quem a propõe, o recurso à Escritura é imposto

pelo direito. Foi o que fez **João Paulo II**, quando quis resolver a questão da ordenação das mulheres: chama a atenção para o facto de Jesus, ao estabelecer o seu **colégio apostólico**, no final de uma noite de oração, não ter chamado a mais digna das suas criaturas, a sua mãe, deduzindo daí que as mulheres foram, por esse facto, deliberadamente excluídas do **sacerdócio**.

Mas Jesus não alimentou nenhum projeto de instalar a sua Igreja ao longo do tempo, ele que apenas a considerou em termos do Reino de Deus, e não deu aos seus apóstolos nenhuma instrução de tipo institucional, pois eles, na véspera da sua ascensão, assumiram o seu próximo retorno para restaurar o reino de Israel.

O papa, também, tomou nota de que Jesus, rompendo, na altura, com o costume do seu tempo e da sua pátria, se cercou voluntariamente de companhia feminina; e esta observação merece ser levada em consideração, mas no sentido inverso às conclusões negativas que dela se extraíram. Os encontros de Jesus com mulheres não são, de facto, nada brandos, e é para nossa instrução que eles têm sido relatados. Jesus manifesta a sua glória, pela primeira vez, em **Caná**, a pedido de sua Mãe; em várias ocasiões, eleva as mulheres a modelos de fé, e realiza curas que atribui à sua fé; da unção recebida das mãos de uma mulher, na véspera da sua morte, ele faz um memorial da sua paixão, que manda transmitir às gerações futuras; credencia as duas irmãs, as suas amigas Marta e Maria, como autênticas discípulas, recebendo de uma delas o mais belo testemunho da sua divindade: “Vós sois a Ressurreição e a Vida”, e apresentando a outra como recetáculo perfeito da sua Palavra: “Maria escolheu a melhor parte que não lhe será

tirada”. Em suma, é a outra mulher, outra amiga, Maria de Magdala, que ele aparece, em primeiro lugar, ao sair do túmulo, confiando-lhe a mensagem da sua ressurreição, para que ela comunique a Boa Nova aos seus apóstolos.

Destes exemplos, por mais eloquentes que sejam (sem dúvida, outros poderiam ser encontrados), eu teria o cuidado de não tirar um argumento a favor da ordenação das mulheres, visto que Jesus nunca pronunciou a palavra **sacerdócio**; mas retiro daqui a clara indicação de que ele as creditaria, que confiou nelas e lhes confiou o seu Evangelho, como aos seus apóstolos, talvez de outra forma: não as envia a viajar pelo mundo, entretanto, porém, não menos autenticamente, faz delas espaços de descanso da **missão** que recebera do Pai de prolongar a Vida no mundo.

Jesus, também, convidou a sua Igreja a recorrer às **mulheres** para continuar o seu trabalho. Em suma, nenhum princípio de exclusão pode ser extraído das palavras ou exemplos de Jesus, mas antes uma exortação insistente a que ninguém, homem ou mulher, tenha medo de levar o ministério do Evangelho, a que tenham suficiente fé nele, para se oferecerem a esta tarefa, pois só ele nos dará forças para a realizar e a fará frutificar.

São Paulo, não se preocupando mais em conhecer Jesus Cristo “segundo a carne”, ciente de ter renovado a velha humanidade com a sua morte e ressurreição, extraiu daí o único princípio fundador do Cristianismo, a exclusão de todo o exclusivismo: “*Já não há judeu ou grego, nem escravo nem livre, nem homem nem mulher, porque todos sois um só em Cristo Jesus*”. O apóstolo não quer dizer que deixa de haver diferenças entre cada um dos membros do casal, mas sim que nenhuma des-

sas diferenças poderá ser, no corpo de Cristo, que é a Igreja, fonte de divisão ou exclusão.

Inclusive, ainda que não tenha podido tirar daqui todas as consequências, Paulo enunciava, assim, o princípio fundador das sociedades abertas, libertadas dos compartimentos das sociedades antigas, que permitiram à **mulher dos tempos modernos** libertar-se da opressão do homem e reivindicar a igualdade com ele. A instituição eclesial não tem outra lei orgânica.

### **Por um pouco de sexo frágil...**

Só o facto de pertencer ao “**sexo mais frágil**”, apelido utilizado por uma tradição orgulhosamente “machista”, poderá ser motivo de discriminação e eliminação, numa Igreja que retira o seu orgulho e a sua força da fraqueza da Cruz? Jesus não se coibiu em apresentar-nos imagens suficientemente humildes, tocantes, para falar do seu Reino: as flores do campo, o grão de mostarda, uma moeda escondida, a ovelha perdida, o dono da casa em atitude de serviço... Ele mesmo não deixou de ostentar qualidades, geralmente, atribuídas ao **sexo feminino**: intuição, sensibilidade, compaixão, a arte de extrair confidências e, também, fraqueza: às vezes rendia-se à sua mãe, mas evitava julgá-la, explodia de alegria, raiva ou lágrimas, e sabia sofrer, esperar, suportar como poucos homens são capazes.

Introduzir um pouco de feminilidade na Igreja, com a condição de lhe abrir uma fenda por onde ela pudesse irradiar, seria devolver-lhe a parte da humanidade, demasiado reduzida ou mascarada por um poder, exclusivamente, masculino e sagrado, isto é, intolerante. Mas, repito, o primeiro problema não é **o de atribuir poder às mulheres**. Não vamos acalentar imagens idílicas: as mulheres facilmente se sentiriam en-

cantadas por assumirem a personagem do padre, conferindo-lhe uma dose de sedução, que torna o poder mais perigoso ainda. Trata-se, antes, de restaurar as **comunidades cristãs**, de estabelecer nelas a liberdade, a alteridade, a igualdade, a corresponsabilidade, a cogestão, de deixar penetrar nelas as preocupações do exterior, de tornar as celebrações mais “conviviais”, na imagem dos primeiros jantares eucarísticos, em que se repartia o pão, e de vivê-los sob a benevolente presidência de um chefe de família, sem esquecer o **princípio paulino** de excluir todo aquele e tudo aquilo que exclui.

Nesse novo ambiente, a **partilha do poder** apresentar-se-á sob uma nova forma. Recorde-se que o “**presbitariado**” dos primeiros séculos – cujo nome se voltou a usar com orgulho – pouco tinha de **sacerdócio**, pois este estava, então, reservado aos bispos, e seria possível reinventá-lo, para se desfazer o perigoso vínculo de poder, ao sexo masculino e ao sagrado. Não se correrá, assim, o risco de enfraquecer o **poder monárquico**, sobre o qual a tradição construiu a organização da instituição eclesiástica? Talvez, mas será preciso começarmos logo a ter medo por antecipação? Não foi através da boca duma mulher que foi profetizado: “*Ele derrubou os poderosos dos seus tronos e exaltou os humildes?*”. Não se trata de derrubar nada, mas de elevar o que foi rebaixado injustamente. **As mulheres e o futuro da Igreja? A MULHER É E SERÁ O FUTURO DA IGREJA.**

### **JOSEPH MOINGT,**

é autor, entre outros, do livro *L'esprit du christianisme*, Paris: Temps Présent, 2018.